	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u>	e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 <small>1311-0002</small> Proc.: 2948/99 Rubrica
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------

INFORMAÇÃO Nº 034/2007	
PROCESSO Nº	2948/1999 (2 volumes)
APENSOS	Processos 524/2001 e 1.148/2002
ASSUNTO	Auditoria Operacional e de Regularidade
JURISDICIONADA	Secretaria de Saúde do Distrito Federal
EMENTA	Auditoria Operacional e de Regularidade realizada, respectivamente, nas áreas de atendimento ambulatorial e de pessoal da Secretaria de Saúde. Decisão nº. 28/2003, Análise das respostas das Jurisdicionadas. Decisão nº. 1.388/2005, Recomendações, Determinações, Sobrestamento, Reiteração necessidade de esclarecimentos. Decisões, prorrogações de prazo. Análise da documentação apresentada pela Secretaria de Saúde: Pela aplicação de multa e determinações.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de Auditoria Operacional e de Regularidade realizada nas áreas de recursos humanos, material e patrimônio, orçamento e finanças, planejamento, serviços gerais, atendimento médico e gestão de pessoal dos Centros de Saúde e Hospitais da Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES. (fl. 131)

2. A presente Informação está dividida da seguinte forma:


I. ANTECEDENTES

II. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES ENCAMINHADAS

III. PROCESSOS APENSOS

IV. CONCLUSÕES

V. SUGESTÕES

	<p style="text-align: center;">TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u></p>	<p style="text-align: right;">e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 Proc.: 2948/99 Rubrica</p>
-----------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------

I. ANTECEDENTES

3. A Decisão n.º 4.497/99, de 20/07/1999 (fl. 1), autorizou a realização de Levantamento Preliminar de Auditoria de Desempenho (fls. 12/80), pela 5ª Inspetoria de Controle Externo – 5ª ICE, nos serviços de saúde prestados pelo Governo do Distrito Federal. O resultado deste Levantamento gerou a alteração do objetivo da Auditoria de Desempenho: de “programas de governo na área de saúde, de forma a subsidiar a apreciação das contas do Governo referentes ao exercício de 1999” para “desempenho operacional da Fundação Hospitalar no tocante ao atendimento médico ambulatorial e de urgência/emergência prestado à população” (fls. 39/40).


4. A Informação n.º. 11/2001 (fls. 129/187) consubstancia os trabalhos da Auditoria realizados pela 5ª ICE.

5. Na Decisão n.º. 8.410/2001, de 11/12/2001 (fl. 190), de acordo com o Voto do Relator, Conselheiro Manoel de Andrade, o Tribunal decidiu pelo encaminhamento dos autos ao Ministério Público de Contas do DF – MPCDF. O *Parquet*, então, se manifestou em 01/02/2002 às fls. 191/192, acolhendo as sugestões propostas pelo Corpo Técnico.


6. O Processo n.º. 524/2001, que trata de irregularidades verificadas na área de pessoal da então Fundação Hospitalar do DF, foi apensado aos presentes autos em cumprimento à Decisão n.º. 1.858/2002 (fls. 249, apenso n.º. 524/2001), de 14/05/2002. Em consideração, o Relator determinou, por intermédio de Despacho Singular, de 06/06/2002, a reinstrução deste feito pela 5ª ICE (fl. 194). A nova Instrução, de 22/08/2002, foi acostada às fls. 204/209.

7. Após o Parecer do MPCDF (fls. 211/220) e do Voto da Relatora, Conselheira Marli Vinhadeli (fls. 221/228), o Tribunal de Contas do DF expediu a Decisão n.º. 28/2003, de 04/02/2003 (fls. 229/230), nos seguintes termos:

“O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento: a) do resultado do levantamento preliminar e do relatório de auditoria de fls. 39/78 e 129/186, respectivamente; b) do Ofício n.º 641/2000-PROSUS, do resultado da auditoria de regularidade, bem como dos esclarecimentos apresentados pela SES em relação aos achados de auditoria, constantes no Processo n.º 524/2001, apenso; II. dar ciência ao Governador do Distrito Federal e ao Secretário de Saúde do Distrito Federal dos pontos a seguir apresentados: a) atentam contra os princípios de eficiência, eficácia e economicidade que devem nortear a administração pública e contribuem para a redução da qualidade do atendimento ao público na área de saúde: a.1) insuficiência dos recursos humanos existentes na Secretaria de Saúde na área médica e de enfermagem para atendimento

	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u>	e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 Proc.: 2948/99 Rubrica
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------

da demanda; a.2) baixa atratividade da remuneração paga aos médicos, a ponto de não permitir à SES suprir suas deficiências de pessoal; a.3) cessões, de forma contumaz, de servidores, inclusive médicos, a órgãos e entidades públicas diversas, mesmo havendo carência de pessoal e em prejuízo do atendimento público e das normas vigentes; a.4) subaproveitamento da capacidade instalada das unidades médicas, em razão da incompatibilidade com a distribuição dos recursos humanos; a.5) carência de leitos hospitalares e consultórios médicos (recursos físicos), mesmo quando considerada, exclusivamente, a demanda da população local (80%); a.6) distribuição geográfica dos serviços médicos não eqüitativa, especialmente os destinados aos atendimentos básico e secundário, quando considerada a demanda regionalizada; a.7) indícios de subutilização de recursos humanos em algumas Diretorias Regionais de Saúde; a.8) volume de atendimento emergencial (48,4%) significativamente superior à média nacional (26,87%) e ao parâmetro tido por adequado (15%); a.9) inexistência de planejamento das atividades de manutenção preventiva das instalações físicas e dos equipamentos no âmbito da SES; a.10) impossibilidade de adequada manutenção e de crescimento da Rede de Saúde do GDF compatível com a demanda, devido aos cortes realizados no orçamento; b) infringe dispositivo legal a aplicação das Leis nºs 2585, 2595 e 2638/2000, que criaram no quadro de pessoal do GDF as carreiras de médicos, odontólogos e enfermagem, sem observância ao art. 21 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que não foi demonstrada a existência das informações preconizadas nos artigos 16 e 17 do mesmo instrumento legal, exigidas em razão do aumento de despesa de pessoal resultante da majoração do vencimento dos profissionais optantes pelo regime de 40 horas semanais, bem como de adicionais, horas extras e gratificações pagas com base no vencimento; c) constituem alternativas de aprimoramento: c.1) automação do processo de marcação de procedimentos médicos (consultas, internação etc.); c.2) instituição de gratificação de produtividade (em estudo no âmbito da SES), tendo por base índices que reflitam o número de atendimento e o grau de resolatividade, em níveis setorial e institucional; c.3) automação dos sistemas de informação de forma a melhorar a qualidade dos instrumentos gerenciais; c.4) viabilização de parcial autonomia financeira para as Diretorias Regionais de Saúde; III. determinar às autoridades antes mencionadas a adoção de providências quanto à otimização da gestão da SES, em vista do noticiado no item "II.a"; IV. alertar o Chefe do Poder Executivo e a Câmara Legislativa do Distrito Federal que esta Corte de Contas negará validade aos atos de gestão praticados com supedâneo em leis que não guardem consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial os artigos 16 e 17; V. considerar procedente o teor da denúncia oferecida pela Procuradoria de Justiça de Defesa da Saúde - PROSUS; VI. assinar, fundamentado no art. 45 da Lei Orgânica do TCDF, prazo de 60 (sessenta) dias para que o Sr. Governador do Distrito Federal, conjuntamente com a Secretaria de Saúde, reveja os atos de cessão de pessoal da SES, posto inobservarem os princípios da publicidade e da motivação insculpidos no art. 19 da Lei Orgânica do DF e por serem contrários aos objetivos prioritários traçados no art. 3º da Lei Orgânica do DF, uma vez que reduzem, injustificadamente, a capacidade de atendimento à população; VII. alertar à Secretaria de Governo, tendo em vista a competência prevista no artigo 39, inciso I, do Decreto nº 15.063/93, que o ato de autorização de cessão de servidor quando expedido pelo Governador do DF deve ser formalizado mediante decreto e quando autorizado por Secretário de Estado, mediante portaria, e não por meio de ofícios, como ocorre atualmente; VIII. determinar à Secretaria de Saúde do Distrito Federal que: a) implemente medidas de fortalecimento de seus controles internos, objetivando evitar irregularidades e impropriedades como as identificadas no relatório de fls. 150/174 do Processo nº 524/2001, apenso, em especial normatizando o processo de troca de plantão, exigindo que esta seja documentada nas respectivas folhas de ponto; centralizando no Núcleo de Pessoal Cedido os controles pertinentes à cessão de Pessoal; promovendo periodicamente consultas aos órgãos cessionários objetivando verificar a real situação dos servidores cedidos; e dando efetividade às ações do Órgão de Auditoria Interna; b) nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 1/94, instaure, de imediato, tomada de contas especial, com a finalidade de apurar responsabilidades por prejuízos causados ao erário, em razão das irregularidades apontadas nos itens 2.5 e 2.6 da instrução de fls. 150/174 do Processo nº 524/2001, apenso; c) adote as medidas

	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u>	e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 <small>1 12 11 12</small> Proc.: 2948/99 Rubrica
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------

necessárias ao ressarcimento aos cofres da SES dos valores pagos indevidamente aos servidores cedidos sem ônus identificados no item 2.7 da instrução referida no item anterior; d) adote medidas pertinentes no sentido de coibir, de fato, a inobservância à carga máxima de trabalho por turno e ao horário de trabalho (impontualidade e carga horária), advertindo às chefias no sentido de que a convivência com essas infrações administrativas poderá lhes ensejar responsabilização; IX. assinar prazo de 30 (trinta) dias para que a Secretaria de Governo encaminhe a esta Corte a documentação comprobatória do cumprimento da jornada de trabalho da servidora nominada no § 78 da instrução de fls. 150/174, do Processo nº 524/2001, apenso, desde janeiro de 1999 até a presente data, bem como da correspondente comunicação mensal de frequência ao órgão de origem; X. autorizar o encaminhamento de cópia da instrução de fls. 129/186 dos autos e das instruções de fls. 150/174 e 175/180 do Processo nº 524/2001, apenso, ao Senhor Governador do Distrito Federal, à Secretaria de Governo, à Secretaria de Saúde e à Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde, para conhecimento e subsídio às providências cabíveis; XI. determinar o encaminhamento dos autos à 2ª ICE, a quem a SES está vinculada.”

8. Da Decisão acima, destaca-se a determinação para o envio dos autos à 2ª ICE (item XI).


9. Por intermédio dos Ofícios da Presidência, de 21/02/2003, juntados às fls. 231/235, o então Governador do Distrito Federal e os titulares das Secretarias de Saúde e de Governo, da Câmara Legislativa e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, receberam cópias da Decisão nº. 28/2003.

10. O Secretário de Saúde encaminhou Ofício ao Tribunal, em 21/03/2003, informando: (fl. 236)

- o encaminhamento da Decisão nº. 28/2003 à Diretoria de Recursos Humanos da SES para adoção de providências visando sanar as irregularidades apontadas;
- a abertura da Tomada de Contas Especial – TCE – em cumprimento ao item VIII, “b” da Decisão supra; e
- o futuro encaminhamento das conclusões das análises sobre os demais pontos.

11. O Secretário de Governo, por meio de Ofício de 10/04/2003, encaminhou ao Tribunal cópia da Exposição de Motivos nº. 11/GAB/CGDF, da Corregedoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, cujos termos foram acolhidos e aprovados pelo Governador. (fls. 237/254)

12. O documento da CGDF levou ao conhecimento do Governador “o resultado da análise quanto às imputações várias de irregularidades, que têm sido feitas, ao longo do

	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u>	e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 Proc.: 2948/99 Rubrica
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------

tempo, no tocante à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, esclarecendo que, para tanto, usou-se, como fonte de informação, o resultado de 12 (doze) auditorias efetuadas por diferentes órgãos públicos, no período de junho de 2001 a março de 2003”. (fl. 233)

13. As sugestões propostas no supracitado documento, acolhidas e aprovadas pelo Governador, foram as seguintes:


“(...)

23. Em face de todo o exposto, permito-me sugerir a Vossa Excelência digne-se examinar a conveniência de determinar a adoção das seguintes medidas, consideradas, pela Corregedoria-Geral do Distrito Federal, como a solução legal viável e adequada a se aplicar à situação atual do sistema de saúde do Distrito Federal, permitindo a implantação de efetivas condições hábeis à necessária eliminação dos graves problemas administrativos persistentes e reiteradamente detectados:

- a) cumprimento integral e imediato da Decisão nº 28/2003, de 04/02/2003, do E. Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- b) instauração imediata, de todas as sindicâncias, processos administrativos disciplinares e tomadas de contas especiais, para apuração das irregularidades apontadas, atendendo-se a cada recomendação feita, nesse sentido, pelos citados Relatórios de Auditorias e pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- c) no que tange às atividades finalísticas e institucionais do sistema de saúde pública do Distrito Federal, mantê-las sob a administração exclusiva da Secretaria de Estado de Saúde, o que lhes ensejará maior economicidade e eficiência, assim se concentrando os recursos humanos nas atividades-fim, com a consequência de uma otimização do aproveitamento do corpo médico e paramédico;
- d) no que se refere às atividades-meio, típicas de Estado, de caráter necessariamente instrumental - e que, por isso, não são peculiares ou exclusivas do sistema de saúde, sendo comuns a qualquer órgão da administração pública -, determinar que sejam estas assumidas pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, em obediência ao Decreto nº 23.646, de 27/02/2003, em especial para cumprimento da Decisão nº 28/2003, de 04/02/2003, do E. Tribunal de Contas do Distrito Federal, no que determinou a ‘otimização da gestão da SES’.

24. Se de acordo Vossa Excelência, proponho, para implemento do decidido,

- a) o encaminhamento do assunto à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, encarecendo-se-lhe urgente adoção das providências de sua competência, com respeito à pronta elaboração de ‘proposta relativa às políticas de administração dos recursos materiais e patrimoniais, objetivando otimizar a aplicação dos recursos e o pleno atendimento à demanda do Governo’, no âmbito da atividade-meio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, nessa proposta incluídas as ‘medidas de fortalecimento de seus controles internos, objetivando evitar irregularidades e impropriedades’, de aplicação determinada pela Decisão nº 28/2003, de 04/02/2003, do E. Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- b) a comunicação da decisão de Vossa Excelência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, solicitando-se-lhe que providencie o urgente atendimento, dentro do prazo de 60 dias conferido pelo E. Tribunal de Contas do Distrito Federal, à Decisão nº 28/2003, de 04/02/2003, bem como, no que dizem respeito à atividade-fim daquela Secretaria, às Recomendações de todas as auditorias referidas" inclusive com pertinência à instauração, sob o acompanhamento desta

	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u>	e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 Proc.: 2948/99 Rubrica
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------

Corregedoria-Geral do Distrito Federal, das sindicâncias, dos procedimentos administrativos disciplinares e das tomadas de contas especiais; e

- c) a comunicação, ao E. Tribunal de Contas do Distrito Federal, das providências tomadas para o cumprimento de sua Decisão nº 28/2003, de 04/02/2003;
- d) a comunicação, ao E. Tribunal de Contas da União, ao Ministério da Saúde e à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, da decisão que Vossa Excelência houver por bem adotar.”

(...)”

14. O Secretário de Saúde enviou Ofício à esta Corte de Contas, em 02/05/2003, solicitando a prorrogação do prazo para cumprimento dos quesitos apontados na Decisão nº. 28/2003 (fl. 255/256). O pleito foi atendido pelo Tribunal por intermédio da Decisão nº. 2.259/2003, de 20/05/2003 (fl. 261). Essa Decisão foi comunicada aos Secretários de Saúde e de Governo, por meio de Ofícios da Presidência, em 29/05/2003 (fls. 262/263).

15. O Ofício do Secretário de Governo, de 23/05/2003, encaminhou ao Tribunal de Contas do DF documentação referente ao item IX da Decisão nº. 28/2003. (fls. 264/266)


16. O Diretor de Recursos Humanos da SES encaminhou Ofício em 19/08/2003 à 5ª ICE, contendo as informações determinadas pela Decisão nº. 28/2003. (fls. 267/368)

17. Cópias dos autos dos Processos nº. 524/2001 e 2.948/1999 foram encaminhadas ao Tribunal de Contas da União – TCU, conforme solicitado, para auxiliar à análise do Processo TCU nº. TC-001.657/2001-9, que trata de pagamentos indevidos a servidores da área de saúde do DF. (fls. 369/374)

18. Os autos do Processo nº. 1.148/2002, que trata de Inspeção junto ao Núcleo de Cédidos da SES, foram apensados a estes autos (fls. 375), por determinação da Decisão nº. 5.063/2003, de 18/09/2003 (fl. 53, apenso nº 1148/2002), com o fim de comprovar a regularização “da cessão do servidor mencionado no item 2 de fl. 42 quando da verificação do cumprimento da diligência contida na Decisão nº 28/2003”.

19. Novas informações encaminhadas ao Tribunal por via de Ofício do Secretário de Governo, em 08/10/2003, a respeito do item IX da Decisão nº. 28/2003, foram acostadas às fls. 376/384.

20. Foi solicitada e concedida nova Inspeção na SES, para dirimir dúvidas relativas aos autos. (fls. 385/388)

	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u>	e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 Proc.: 2948/99 Rubrica
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------

21. O Secretário de Fiscalização de Pessoal do TCU encaminhou Ofício à 2ª ICE, em 04/03/2004, solicitando informações acerca do cumprimento das determinações exaradas na Decisão nº. 28/2003. A solicitação foi atendida em 15/03/2004. (fls. 389/390)


22. Acostou-se cópia do Ofício do Secretário-Adjunto de Saúde datado de 02/07/2003, no qual consta a informação de abertura de TCE, Processo GDF nº 060.005.384/03, para apurar as responsabilidades em decorrência do recebimento indevido de remuneração por parte de servidoras cedidas sem ônus (fl. 391). Essa TCE está sendo acompanhada por esta Corte nos autos do Processo nº 2.000/2004.

23. A Informação nº. 10/04, de 11/08/2004, da Divisão de Auditoria da 2ª ICE, foi acostada às fls. 393/422. Essa Informação analisou os elementos remetidos à Corte de Contas em cumprimento à Decisão nº. 28/2003. Seguiu-se cota complementar do Inspetor, de 16/12/2004 (fls. 423/425).

24. Após o Parecer do MPCDF (fls. 428/433) e do Voto da Relatora (fls. 434/440), o Tribunal exarou a Decisão nº. 1.388/2005, de 14/04/2005 (fl. 441) nos seguintes termos:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento: a) dos Ofícios nºs 242/2003 (fl. 237), 334/2003 (fls. 264/266) e 567/2003-GAB/SEG (fls. 376/384); b) dos Ofícios nºs 373/2003-GAB/DRH/SAO/SES (fls. 267/374), 396/2003 – GAB/SES (fl. 236) e 1098/2004 – GAB/SES (fl. 391); c) do Aviso nº 1560-GP/TCU (fls. 372/373); d) da Informação nº 010/04; II. recomendar à Secretaria de Saúde do Distrito Federal a adoção de providências quanto à otimização do sistema de saúde, em vista dos pontos a seguir apresentados, os quais serão averiguados em roteiro de futura fiscalização: a) ajustamento na distribuição dos recursos humanos, com vista ao adequado aproveitamento da capacidade instalada e da demanda regionalizada (por RA); b) melhoria da manutenção das instalações físicas e de equipamentos; c) aperfeiçoamento do sistema de informação da Secretaria, para melhoria da qualidade dos instrumentos gerenciais; III. reiterar à Secretaria de Saúde: a) a necessidade de esclarecer a respeito dos questionamentos constantes dos itens II.a5 e II.a8 da Decisão nº 28/2003; b) a diligência objeto dos itens VI e VIII, letra “c”, da Decisão-TCDF nº 28/2003, alertando de que o descumprimento injustificado pode ensejar a aplicação de multa, na forma estabelecida nos incisos IV e VII do art. 57 da LC nº 01/94; III. autorizar o sobrestamento do exame da matéria tratada no item IX da Decisão nº 28/2003, até a conclusão da TCE em curso na jurisdicionada, autorizando o envio de cópia da instrução de fls.393/422 à SES, para subsidiar os trabalhos da referida Comissão; IV. determinar que os demais aspectos abordados na Decisão nº 28/2003 sejam inseridos em roteiro de futura fiscalização.”

25. O então Secretário de Saúde foi informado da Decisão supra por intermédio do Ofício GP nº. 1.127/2005, recebido em 02/05/2005 (fl. 442).

	<p style="text-align: center;">TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u></p>	<p style="text-align: right;">e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 Proc.: 2948/99 Rubrica</p>
-----------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------

26. Acostados artigo de título “Limitação de horas extras para médicos trará caos nos hospitais públicos”, de autoria do Sindicato dos Médicos do DF (fls. 444/448), e cópia da Portaria nº. 185, de 22/12/2004, da SES, a respeito de jornada de trabalho (fls. 449/450).

27. Por intermédio do Ofício nº. 400/2005-GAB/SEG, a Secretária de Governo Substituta informou que as medidas necessárias à instauração da TCE, em atenção ao determinado no item VIII da Decisão nº. 28/2003, estavam em andamento (fl. 451).


28. A 2ª ICE apontou o atraso no cumprimento, por parte da SES, das determinações constantes na Decisão nº. 1.388/2005 (fls. 455/456). O Tribunal, de acordo com o Voto do Relator, Auditor José Roberto de Paiva Martins, e tendo em conta a Instrução, expediu a Decisão nº. 4.163/2005, de 16/08/2005 (fl. 461), na qual, dentre outras deliberações, reiterou à SES os termos do item III da Decisão nº. 28/2003, fixando prazo de trinta dias para cumprimento. A SES recebeu a cópia da Decisão nº. 4.163/2005 por meio do Ofício GP nº. 3.151/2005, recebido em 26/08/2005. (fl. 462)

29. Por intermédio do Ofício nº. 2.450/2005-GAB/SES, de 04/10/2005, o Secretário-Adjunto da SES solicitou a prorrogação do prazo determinado na Decisão nº. 4.163/2005 (fl. 464). O Tribunal, de acordo com o Voto do Relator (fls. 482/484) e a Instrução (fls. 480/481), proferiu a Decisão nº. 5.765/2005, de 27/10/2005 (fl. 485), na qual, dentre outras deliberações, concedeu a prorrogação de prazo solicitada. A Secretaria foi comunicada dessa Decisão por meio do Ofício GP nº. 4.548/2005, recebido em 22/11/2005. (fl. 486).

30. Acostaram-se a procuração e o pedido de cópias do representante legal do Senhor Jofran Frejat (fls. 465/467). As cópias foram concedidas conforme documento de fl. 468.

31. Foram acostadas, ainda, cópias do Ofício GP nº. 3.883/2005, o qual comunicou ao representante legal do Senhor Jofran Frejat a data para a sustentação oral referente ao Processo nº 733/2002, Tomada de Contas Anual da SES e do Fundo de Saúde do DF; e da Informação nº. 085/2005, da Divisão de Contas da 2ª ICE, a respeito do mesmo processo. (fls. 469/479)

32. Considerando o novo atraso da SES para atendimento das determinações presentes na Decisão nº. 1.388/2005, a 2ª ICE sugeriu à Corte de

	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u>	e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 Proc.: 2948/99 Rubrica
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------

Contas a determinação para que a SES cumprisse imediatamente a citada Decisão e apresentasse justificativas para o não-cumprimento. (fls. 488/489)

33. De acordo com a proposta do Relator (fls. 490/492), tendo em conta a Instrução (fls. 488/489), o Tribunal de Contas exarou a Decisão nº. 1.072/2006, de 28/03/2006 (fl. 493), determinando à SES o cumprimento imediato da Decisão nº. 1.388/2005 e a apresentação de justificativas pelo não-atendimento no prazo estipulado. O Secretário de Saúde foi comunicado da Decisão supra por intermédio do Ofício GP nº. 886/2006, recebido em 11/04/2006 (fl. 494).

34. Em 02/06/2006, o Secretário de Saúde, por meio do Ofício nº. 1.654/2006-GAB/SES, encaminhou as informações pendentes (fls. 496/503), as quais serão analisadas a seguir.


II. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES ENCAMINHADAS

35. As informações foram encaminhadas pelo Secretário de Saúde, Senhor José Geraldo Maciel (fl. 499), e serão analisadas tendo por base a Decisão nº. 1.388/2005 (§ 24).

36. Conforme a Decisão supracitada, o Tribunal recomendou à Secretaria de Saúde a adoção de providências quanto à otimização do sistema de saúde, tendo em vista os seguintes pontos, os quais serão averiguados em roteiro de futura fiscalização:

- ajustamento na distribuição dos recursos humanos, com vista ao adequado aproveitamento da capacidade instalada e da demanda regionalizada (por RA);
- melhoria da manutenção das instalações físicas e de equipamentos;
- aperfeiçoamento do sistema de informação da Secretaria, para melhoria da qualidade dos instrumentos gerenciais.

37. Por intermédio da mesma Decisão, a Corte reiterou à SES a necessidade de esclarecer a respeito dos questionamentos constantes na Decisão nº. 28/2003, conforme abaixo:

	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u>	e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 <small>1 12 13 14 15</small> Proc.: 2948/99 Rubrica
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------

- carência de leitos hospitalares e consultórios médicos (recursos físicos), mesmo quando considerada, exclusivamente, a demanda da população local (80%);
- volume de atendimento emergencial (48,4%) significativamente superior à média nacional (26,87%) e ao parâmetro tido por adequado (15%);
- revisão, no prazo de sessenta dias, em conjunto com Senhor Governador do Distrito Federal, dos atos de cessão de pessoal da SES, posto inobservarem os princípios da publicidade e da motivação insculpidos no art. 19 da Lei Orgânica do DF e por serem contrários aos objetivos prioritários traçados no art. 3º da Lei Orgânica do DF, uma vez que reduziriam, injustificadamente, a capacidade de atendimento à população;
- adoção das medidas necessárias ao ressarcimento aos cofres da SES dos valores pagos indevidamente a servidores cedidos sem ônus.


38. Por fim, a Decisão nº 1.072/2006 (§ 33) determinou a apresentação de justificativas pelo atraso no cumprimento da Decisão nº 1.388/2005 (§ 24).

39. Os pontos supramencionados serão analisados a seguir.

Ajustamento na distribuição dos recursos humanos, com vista ao adequado aproveitamento da capacidade instalada e da demanda regionalizada (por RA)
Melhoria da manutenção das instalações físicas e de equipamentos;
Aperfeiçoamento do sistema de informação da Secretaria, para melhoria da qualidade dos instrumentos gerenciais.

40. Essas recomendações estão presentes no itens II, “a”, “b” e “c” da Decisão nº. 1.388/2005 e deverão ser averiguadas em roteiro de futura fiscalização, conforme item II da mesma Decisão.

41. O Secretário de Saúde, Senhor José Geraldo Maciel, informou que os responsáveis pela Subsecretaria de Planejamento e Políticas de Saúde, pela

	<p style="text-align: center;">TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u></p>	<p>e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 F 12... U 12 Proc.: 2948/99 Rubrica</p>
-----------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------

Diretoria de Recursos Humanos e pela Diretoria de Engenharia e Tecnologia foram devidamente cientificados. Acostou, ainda, despacho do setor denominado DITEC/SUPLAN sobre a informatização da rede. (fls. 496, 502 e 503)

42. As informações prestadas pelo Secretário de Saúde são suficientes apenas quanto à recomendação de aperfeiçoamento do sistema de informação da Secretaria, conforme será demonstrado a seguir.


43. A recomendação a respeito da manutenção de equipamentos e instalações físicas originou-se da comprovação pela Equipe da Auditoria da 5ª ICE (§ 3º) quanto à inexistência de planejamento em relação às atividades de manutenção preventiva das instalações físicas e dos equipamentos, quando da entrevista com os responsáveis pelo Departamento de Engenharia e pela Diretoria de Tecnologia (fl. 163/164). Observa-se que os trabalhos de campo dessa Auditoria encerraram-se em junho de 2001 e as informações prestadas pelo Senhor José Geraldo Maciel datam de junho de 2006. (fl. 186 e 496)

44. A atitude de cientificar a Diretoria de Engenharia e Tecnologia tem pouco efeito prático, uma vez que membros dessa unidade foram entrevistados pela Equipe de Auditoria da 5ª ICE em 2001 (§ 41). A unidade, dessa forma, já tinha conhecimento do problema.

45. A Secretaria de Saúde não demonstrou a adoção de providências concretas quanto à constatação de falta de planejamento em relação às atividades de manutenção preventiva das instalações físicas e dos equipamentos nesse considerável lapso de cerca de cinco anos. Tal constatação está presente na Decisão nº. 28/2003, item II, “a9”, devidamente comunicada ao Governo do Distrito Federal e à Secretaria de Saúde em 27/02/2003. (fls. 229, 231 e 232)

46. Considera-se, assim, à luz das informações prestadas pelo Secretário de Saúde do DF, Senhor José Geraldo Maciel, descumprido o item II, “b”, da Decisão nº. 1.388/2005.

47. A recomendação a respeito do ajustamento na distribuição dos Recursos Humanos originou-se da mesma Auditoria. Na oportunidade, foram entrevistados os responsáveis pelas áreas de Planejamento, Pessoal e Assessoria (fls. 147/150). A área de Recursos Humanos, cientificada pelo Secretário de Saúde (§ 41), já possuía conhecimento dos problemas, portanto.

	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u>	e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 Proc.: 2948/99 Rubrica
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------

48. Demonstrou-se, novamente, que não foram adotadas providências efetivas, de modo a otimizar o Sistema de Saúde do DF, dessa vez, em relação ao ajustamento na distribuição dos Recursos Humanos.

49. A conclusão é, com respaldo nas informações apresentadas pelo Senhor José Geraldo Maciel, pelo descumprimento do item II, “a”, da Decisão nº. 1.388/2005.

50. Por seu turno, entendem-se como suficientes as informações apresentadas quanto ao aperfeiçoamento do sistema de informação da Secretaria, para melhoria da qualidade dos instrumentos gerenciais. O documento de fls. 502/503 apresenta, ainda que de forma reduzida, indicações do exercício da função Planejamento, quanto à implantação de um sistema de informação na SES, o Programa de Modernização Tecnológica das Unidades Assistenciais de Saúde – PMTUAS.

Carência de leitos hospitalares e consultórios médicos (recursos físicos), mesmo quando considerada, exclusivamente, a demanda da população local (80%)

Volume de atendimento emergencial (48,4%) significativamente superior à média nacional (26,87%) e ao parâmetro tido por adequado (15%)

51. O Senhor José Geraldo Maciel prossegue abordando em conjunto esses assuntos, os quais são reiteraões dos itens II, “a5” e “a8”, da Decisão nº. 28/2003, presentes no III, “a”, da Decisão nº. 1.388/2005 (§ 24).

52. A Equipe da Auditoria inicial, quando do exame dos temas supracitados, identificou:

- A Rede de Saúde do DF apresentava deficiências em sua estrutura física quando analisada quantitativamente. Para concluir dessa maneira, a Equipe utilizou parâmetros objetivos do Ministério da Saúde e incluiu o atendimento a usuários de outros Estados. A SES, na oportunidade, concordou parcialmente com as conclusões e informou que os sistemas de informação estavam sendo compatibilizados para abranger a totalidade das internações e que

ocorreriam investimentos para melhorar a estrutura e criar novas unidades. A Equipe finalizou a análise observando que os investimentos na estrutura física da rede não têm se mostrado suficientes ao atendimento dos projetos da Secretaria; (fls. 151/154)


- As consultas emergenciais deveriam corresponder a 15% dos atendimentos ambulatoriais. No Brasil, segundo o Ministério da Saúde, correspondem a 26,87%, embora no Distrito Federal seja de 46%. A causa seria a estrutura da rede de saúde do DF, não concebida para atender o volume de pacientes que atualmente a procura, gerando-se filas e dificuldades na marcação de consultas. Com isso, os pacientes buscam os serviços emergenciais, ininterruptos, como forma de receber atendimento. Os efeitos identificados são: excessivo volume de atendimento emergencial, necessidade de maiores recursos humanos, redução na qualidade do atendimento, riscos de infecção hospitalar e depreciação dos recursos físicos. A SES concordou integralmente com a Equipe e informou que estava empreendendo esforços para melhorar o atendimento básico, ampliar a rede, lotar adequadamente as unidades e implantar o programa Saúde em Família. (fls. 162/163)

53. A determinação de reiterar à SES a necessidade de prestar os esclarecimentos correspondentes à carência de leitos hospitalares e consultórios médicos surgiu da análise feita pela Equipe de Inspeção da Divisão de Auditoria da 2ª ICE, a qual analisou as informações apresentadas pela SES após a Auditoria da 5ª ICE. A Equipe da 2ª ICE identificou contradições entre os critérios utilizados para aferição das necessidades de leitos pela Secretaria de Saúde e os presentes no Relatório de Auditoria da 5ª ICE.

54. A contradição está refletida, inclusive, internamente à Secretaria, conforme comprova o seguinte excerto da Informação nº. 10/2004, da Equipe de Inspeção da 2ª ICE (fls. 405/406 e § 23):

“(…)

35. A Secretaria apresenta metodologia diversa com relação às internações, sem contudo discriminar a fonte legitimadora de tal operação:

	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u>	e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 1303 0422 Proc.: 2948/99 Rubrica
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------

“Leitos: Utilizando o parâmetro atual de necessidade de 2 leitos para cada mil habitantes necessitaríamos de 4.292 leitos (anexo IV), dos quais dispomos atualmente de 74,60% (3.202), entre próprios, conveniados e contratados.” (fls. 309 - grifamos)

36. Contudo, esse dado fornecido pela Secretaria está em desconformidade com o quantitativo geral de leitos constantes do Manual de Definições de Indicadores e Parâmetros elaborado, em 2003, pela Subsecretaria de Planejamento e Políticas de Saúde da própria Jurisdicionada, isto é, 3 a 4 leitos por 1000 habitantes (Item 6, p 25 do referido documento).
 (...)”

55. Também foi reiterado à SES, na Decisão nº 1.388/2005, que apresentasse esclarecimentos quanto ao volume de atendimento emergencial (§ 37), uma vez que os inicialmente apresentados foram considerados insuficientes, conforme análise feita na supracitada Informação nº 10/2004 (fl. 408):

“(…)

51. A resposta da Jurisdicionada alega decréscimo dos atendimentos emergenciais e o aumento do percentual pelos atendimentos de pacientes de fora. Não comprova que a influência da inclusão do quantitativo de pacientes de fora aumenta a percentagem de atendimentos emergenciais nem declara as medidas que estão sendo implementadas ou serão implementadas para minorar a situação constatada pela fiscalização desta Corte de Contas. Logo, deve ser reiterado este Item.
 (...)”

56. O Senhor José Geraldo Maciel colacionou, em relação aos assuntos, que a SES vem trabalhando no intuito de suprir as carências de leitos e consultórios com a reforma de unidades emergenciais, aberturas de novos leitos de unidade de tratamento intensivo, leitos neonatais em hospitais da Rede Pública do Distrito Federal, além da construção de outras unidades – Hospital de Santa Maria e Instituto da Criança, do credenciamento de leitos de tratamento intensivo na Rede Privada e de convênios com outras unidades públicas – Hospital Universitário de Brasília e Hospital das Forças Armadas.

57. As alegações, embora sejam interessantes à sociedade, não analisam os temas com a profundidade e a técnica utilizadas pela Equipe de Auditoria da 5ª ICE (§ 52).

58. Da forma apresentada, as informações não permitem aferir se as ações ali contidas foram ou são suficientes, pois o assunto não foi abordado com a apresentação de critérios e parâmetros analíticos e comparativos. Não houve, enfim, o esperado tratamento da informação de modo a torná-la comparável ao cenário

relatado pela Equipe da Auditoria e não se indicou, ao final da análise, se houve ou não melhoria.

59. O Secretário de Saúde não comentou os motivos que levaram à reiteração da determinação para apresentação de esclarecimentos a respeito da carência de leitos hospitalares e consultórios médicos e o elevado volume de atendimento emergencial (§§ 53 e 55).

60. Assim sendo, considera-se não atendido o item III, “a”, da Decisão nº. 1.388/2005, pela insuficiência dos esclarecimentos prestados pelo Senhor José Geraldo Maciel.

Revisão, no prazo de sessenta dias, em conjunto com Senhor Governador do Distrito Federal, dos atos de cessão de pessoal da SES, posto inobservarem os princípios da publicidade e da motivação insculpidos no art. 19 da Lei Orgânica do DF e por serem contrários aos objetivos prioritários traçados no art. 3º da Lei Orgânica do DF, uma vez que reduziram, injustificadamente, a capacidade de atendimento à população

61. A determinação dessa revisão originou-se da análise realizada pelo Inspetor da 5ª ICE, tendo por base a Informação nº 022/2001, nos seguintes termos: (fls. 175/176, Apenso nº 524/2001)

“(…)


Relativamente à instrução de fls. 150/174, fruto da auditoria promovida na área de pessoal da Secretaria de Saúde, cumpre tecer as considerações a seguir apresentadas.

Ao tratar dos atos de cessão de servidores da área de saúde, a equipe de auditoria sugere ao Tribunal as seguintes medidas:

‘3) considere nulos os atos de cessão de pessoal da Secretaria de Saúde (e extinta Fundação Hospitalar do DF), posto inobservarem os princípios da publicidade e da motivação insculpido no artigo 19 da Lei Orgânica do DF e por serem contrários aos objetivos prioritários traçados no artigo 3º da Lei Orgânica do DF, uma vez que reduzem, injustificadamente, a capacidade de atendimento à população, caracterizando desvio de finalidade e ato de gestão ilegítimo;

4) assine, fundamentado no artigo 45 da Lei Orgânica do TCDF e à vista do item anterior, prazo de 60 dias para que o Sr. Governador do Distrito Federal, conjuntamente com a Secretaria de Saúde, reveja todos os atos de cessões de pessoal da SES, mediante anulação daqueles em vigor e, se for o caso, expedição de novos com observância aos requisitos legais antes indicados;’

Todavia, a Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF e a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal – LOTCDF assim dispõem sobre as atribuições desta Corte:

	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u>	e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 Proc.: 2948/99 Rubrica
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------

LODF – art. 78

‘Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

(...)

X – assinalar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, verificada a ilegalidade;

XI – sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara Legislativa;’

LOTCDF – art. 45

‘Art. 45. Verificada a ilegalidade de ato ou contrato, o Tribunal, na forma estabelecida no Regimento Interno, assinalará prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados.

§ 1º No caso de ato administrativo, o Tribunal, se não atendido:

I – sustará a execução do ato impugnado;

II – comunicará a decisão à Câmara Legislativa;

III – aplicará ao responsável a multa prevista no inciso II do art. 57 desta Lei.’

Assim, considerando as competências conferidas pelos normativos antes referidos, propomos a alteração das sugestões 3) e 4) para os seguintes termos:


‘Assine, fundamentado no art. 45 da Lei Orgânica do TCDF, prazo de 60 (sessenta) dias para que o Sr. Governador do Distrito Federal, conjuntamente com a Secretaria de Saúde, reveja os atos de cessão de pessoal da SES, posto inobservarem os princípios da publicidade e da motivação insculpidos no art. 19 da Lei Orgânica do DF e por serem contrários aos objetivos prioritários traçados no art. 3º da Lei Orgânica do DF, uma vez que reduzem, injustificadamente, a capacidade de atendimento à população;’

(...)”

62. A sugestão foi acolhida na Decisão nº 28/2003, item VI (§ 7º), comunicada ao Governador do Distrito Federal, aos Secretários de Saúde e de Governo, e ao Presidente da Câmara Legislativa do DF, em 27/02/2003 (fls. 231/234).

63. Nas informações encaminhadas ao Tribunal de Contas do DF, referentes à Decisão nº 28/2003 e prestadas pelo Diretor de Recursos Humanos da SES, encontra-se, a respeito da revisão dos atos de cessão de pessoal, a seguinte providência: “Quanto ao item VI entregamos cópia da Decisão nº 28/2003 para a Gerente de Cedidos, Requisitados e Afastados da Secretaria de Governo em 28.05.2003 para conhecimento”. (fl. 283)

64. A Equipe de Inspeção da Divisão de Auditoria da 2ª ICE analisou as informações enviadas ao TCDF pela SES, após a Auditoria realizada pela 5ª ICE, na Informação nº 10/2004. Sobre o assunto, concluiu “que as providências incipientes visualizadas não alcançaram o desiderato constante do Item VI da Deliberação. Em vista disso, deve-se reiterá-lo, apenas para a Secretaria de Saúde, alertando-a de que o descumprimento injustificado da Decisão deste Tribunal pode ensejar a aplicação de multa, na forma estabelecida nos incisos IV e

	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u>	e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 Proc.: 2948/99 Rubrica
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------

VII do art. 57 da LC n.º 1/94”. E não poderia ser diferente. A Decisão nº 28/2003 determinou a revisão em conjunto pela Secretaria de Saúde e o Governador do DF, e a providência adotada pela SES foi enviar a referida Decisão à Secretaria de Governo para “conhecimento”, sem revelar qualquer providência efetiva de sua parte.

65. Essa sugestão foi acolhida pelo Tribunal no item III, “b”, da Decisão nº 1.388/2005 (§ 24).

66. O item VI da Decisão nº 28/2003, reiterado, então, no item III, “b”, da Decisão nº 1.388/2005, é objetivo: revisão em sessenta dias dos atos de cessão de pessoal da SES, pelo Governador do Distrito Federal em conjunto com a SES, posto inobservarem os princípios da publicidade e da motivação. Os órgãos interessados foram comunicados desta determinação em 27/02/2003 (§§ 7º e 9º).


67. Em cumprimento à determinação, o Secretário de Saúde informou, por via do Ofício nº 1654/2006-GAB/SES (§ 34), que a Diretoria de Recursos Humanos da SES entende estar o assunto afeto à Secretaria de Governo a quem compete autorizar a cessão de servidores conforme o Decreto GDF nº 22.994/2002. Informou, ainda, os procedimentos adotados pelo Núcleo de Pessoal Cedido/GPA/DRH da SES para controle e acompanhamento de cessões de servidores: centralização do controle, utilização do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, revisão periódica para atualização dos dados, emissão de relatório ao final do exercício e formalização da apresentação e retorno dos cedidos. Por fim, acrescentou que solicitou à Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos o aprimoramento do SIGRH com vistas a um melhor controle. (fl. 498)

68. A nova alegação apresentada pelo Senhor José Geraldo Maciel não atende ao determinado por esta Corte de Contas.

69. O Decreto Distrital nº 22.994/2002, citado pelo Secretário de Saúde, refere-se às atribuições da Secretaria de Governo quanto à autorização e à prorrogação da cessão. Contudo, não é apenas este normativo que regulamenta o assunto no âmbito do Distrito Federal, sendo claro o papel do cedente conforme o art. 4º do Decreto Distrital nº 18.054/1997:

“DECRETO Nº 18.054, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1997
DODF Nº 41, DE 03.03.1997

Regulamenta o instituto da cessão de que trata a Lei nº 1.370, de 06 de janeiro de 1997, no âmbito da Administração Direta e Indireta, do Distrito Federal e dá outras providências.

	<p style="text-align: center;">TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u></p>	<p>e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 Proc.: 2948/99 Rubrica</p>
-----------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------

(...)

Art. 4º A necessidade de cessão deverá ser comprovada, por meio de exposição de motivos do titular do órgão cessionário, que conterá as informações necessárias e será encaminhada à Secretaria de Administração, que após instrução, anuência e registro no órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou empregado, se pronunciará quanto ao pedido.

(...)”

70. Assim, a Secretaria de Governo possui a atribuição de autorizar ou não a cessão, mas após as manifestações do cessionário e do cedente: o cessionário justifica a sua necessidade e o cedente se manifesta quanto ao pedido. O Secretário de Saúde interpretou a determinação contida na Decisão nº 28/2003, reiterada na Decisão nº 1.388/2005, apenas em relação à autorização ou não da cessão, parte final do processo de cessão, desconsiderando as atribuições a cargo da Pasta sob sua direção.

71. O interesse público contido na determinação do TCDF é claro: revisão dos atos de cessão dos servidores da SES, posto inobservarem os Princípios da Publicidade e da Motivação e por reduzirem, injustificadamente, a capacidade de atendimento à população.

72. Providência razoável e coerente com a determinação supra e com as atribuições do cedente no processo de cessão de servidores, seria a revisão pela Secretaria de Saúde de todos os atos de cessão da pasta, à luz dos aspectos elencados acima, encaminhando o resultado da análise à Secretaria de Governo para as providências de sua alçada, igualmente à luz dos mesmos aspectos.

73. Entende-se, de todo o exposto, tendo em conta as alegações expendidas pelo Senhor José Geraldo Maciel, não atendido o item III, “b”, da Decisão nº 1.388/2005, quanto à revisão dos atos de cessão. (§§ 24, 37)

Adoção das medidas necessárias ao ressarcimento aos cofres da SES dos valores pagos indevidamente a servidores cedidos sem ônus

74. O assunto está presente no item VIII, “c”, da Decisão nº 28/2003 (§ 7º) e reiterado no item III, “b”, da Decisão nº 1.388/2005 (§ 24),

75. O Secretário de Saúde informou a instauração das Tomadas de Contas Especiais nº 060.002.796/2003 e 060.005.384/2003. Essas TCE's estão apensadas aos autos nº 361/2003 e nº 2.000/2004, desta Corte, respectivamente.

76. A informação encaminhada atende ao determinado pelo Tribunal de Contas do DF no item III, "b", da Decisão nº 1.388/2005, quanto à adoção das medidas necessárias ao ressarcimento aos cofres da SES dos valores pagos indevidamente a servidores cedidos sem ônus. (§§ 24 e 37)

Apresentação de justificativas pelo o atraso no cumprimento da Decisão nº 1.388/2005


77. Por fim, o Senhor José Geraldo Maciel, em cumprimento à Decisão nº 1.072/2006 (§ 33), justificou o atraso no cumprimento da Decisão nº 1.388/2005. Atribuiu o atraso de cerca de um ano à necessidade de análise do assunto pelos diversos setores da Secretaria.

78. A justificativa é insuficiente. Não eram assuntos desconhecidos da Secretaria, mas reiteraões de determinações por apresentação de alegações iniciais insuficientes. Desde a primeira Decisão, nº 28/2003, a SES tem ciência das determinações, conforme Ofício nº 396/2003-GAB/SES, de 20/03/2003 (§ 9º).

79. A Decisão nº 1.388/2005 foi devidamente comunicada à Secretaria de Saúde, conforme Quadro abaixo:

OF GP nº	Objeto	Receb. SES	§§
1.127/2005	Encaminhou a Decisão nº 1.388/2005	02/05/2005	25
3.151/2005	Encaminhou a Decisão nº 4.163/2005, a qual reiterou os termos da Decisão nº 1.388/2005, fixando o prazo de trinta dias para cumprimento	26/08/2005	28
4.548/2005	Encaminhou a Decisão nº 5.765/2005, concedendo mais trinta dias de prazo para atendimento da Decisão nº 1.388/2005	22/11/2005	29
886/2006	Encaminhou a Decisão nº 1.072/2006, a qual determinou o cumprimento imediato da Decisão nº 1.388/2005 e a apresentação de justificativas pelo não atendimento no prazo estipulado	11/04/2006	33

80. O cumprimento, entretanto, só veio a ocorrer em 02/06/2006 (§ 34).

	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u>	e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 Proc.: 2948/99 Rubrica
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------

81. Dessa forma, a conclusão é pela insuficiência do alegado quanto ao atraso no atendimento das determinações contidas na Decisão nº 1.388/2005.

III. PROCESSOS APENSOS

82. Os autos dos Processos nº 524/2001 (§ 6º) e 1.148/2002 (§ 18) foram apensados aos presentes autos por também se referirem ao assunto cessão de pessoal na SES. Porém, como a Secretaria de Saúde não cumpriu a determinação de revisão dos atos de cessão (§§ 61/73), opina-se pela manutenção dos apensamentos, considerando-se a proposta de reiterar a determinação de revisão dos atos de cessão. (§ 98)


83. Especificamente quanto aos autos nº 1.148/2002, será sugerido, quando da revisão dos atos de cessão, que a SES comprove a regularização da cessão do Senhor Marcelo Sette Gutierrez, para fins de atendimento do item “b1”, da Decisão nº 5.063/2003 (fl. 53 do apenso nº 1.148/2002). Será sugerida, ainda, o envio ao Secretário de Saúde de cópia da referida Decisão para subsidiar o cumprimento da comprovação requerida.

IV. CONCLUSÕES

84. O Secretário de Saúde, Senhor José Geraldo Maciel, encaminhou informações ao TCDF em cumprimento à Decisão nº 1.388/2005 (§ 24, 34/37). Informou, ainda, em cumprimento à Decisão nº 1.072/2006, o motivo do atraso no atendimento daquela Decisão. (§ 38)

85. Das análises expendidas, entendem-se insuficientes as medidas referentes aos itens II, “a” e “b”, da Decisão nº 1.388/2005: ajustamento na distribuição dos recursos humanos, com vista ao adequado aproveitamento da capacidade instalada e da demanda regionalizada (por RA) e melhoria da manutenção das instalações físicas e de equipamentos. (§§ 40/50)

86. O Secretário de Saúde informou a cientificação de Diretorias a respeito das determinações acima (§ 41). Representou cumprimento apenas formal da determinação da Corte de Contas e afastado do fim desejado pela Decisão do

	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u>	e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 <small>1 de 11 pág.</small> Proc.: 2948/99 Rubrica
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------

TCDF, que era a adoção de providências visando a otimização do sistema de saúde (§ 36). Esclareça-se que as Diretorias citadas, Recursos Humanos e Engenharia e Tecnologia, já estavam científicas dos problemas desde 2001, quando da realização de Auditoria de Desempenho na SES pela 5ª ICE (§§ 43).

87. Considera-se, dessa forma, insuficientes as informações prestadas pelo Senhor José Geraldo Maciel e, em consequência, não atendidos os itens II, “a” e “b”, da Decisão nº 1.388/2005, razão pela qual será sugerida ao Plenário a aplicação de multa ao Secretário de Saúde por não atendimento, no prazo fixado e sem causa justificada, de Decisão do Tribunal, conforme prescrito no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 01/1994 e alertado na Decisão nº 1.388/2005 (§ 24). **(Sugestão II, “a”).**


88. Os itens II, “a” e “b”, contudo, continuam a fazer parte do roteiro de fiscalização futura, conforme determina o item II da Decisão nº 1.388/2005.

89. As informações ofertadas pelo Secretário de Saúde a respeito da carência de leitos hospitalares e consultórios e do elevado volume de atendimento emergencial, também foram considerados insuficientes. Esses pontos são reiteraões dos itens II, “a5” e “a8”, da Decisão nº 28/2003, presentes no item III, “a”, da Decisão nº 1.388/2005. (§§ 51/60)

90. Cabe destacar que os temas foram considerados atentatórios aos Princípios de Eficiência, Eficácia e Economicidade e redutores da qualidade do atendimento ao público na área de saúde, conforme o item II, “a”, da Decisão nº 28/2003 (§ 7º). Tendo em conta essa consideração e a criteriosa abordagem feita pela Equipe de Auditoria da 5ª ICE, era esperado, além de necessário, um maior e melhor detalhamento nas informações prestadas pelo Secretário de Saúde, de modo a servirem de parâmetro de comparação ao cenário identificado pela Equipe de Auditoria da 5ª ICE (§ 52).

91. Não foi, entretanto, o que ocorreu. É inegável que informações relativas à abertura de leitos, construção de novas unidades, credenciamentos e convênios, são interessantes à sociedade. Contudo, a falta de parâmetros e critérios analíticos, como estimativas de necessidade de internação relativas à população do DF e à população externa (pacientes de outros Estados), taxas de ocupação e de permanência nos hospitais, análise dos atendimentos emergenciais em confronto com os ambulatoriais atualizada, não permite a aferição da suficiência das ações

96. Esse foi, inclusive, o sentido da determinação contida na Decisão nº 28/2003: revisão dos atos de cessão de servidores da SES em conjunto com Governador do DF, posto inobservarem os Princípios da Publicidade e da Motivação e por reduzirem, injustificadamente, a capacidade de atendimento à população. O cedente e a instância autorizativa estavam, portanto, abrangidos na determinação do TCDF.

	<p style="text-align: center;">TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u></p>	<p>e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 Proc.: 2948/99 Rubrica</p>
-----------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------

97. Consideram-se, dessa maneira, insuficientes os argumentos colacionados pelo Senhor José Geraldo Maciel e não atendido o item III, “b”, da Decisão nº. 1.388/2005, quanto à revisão dos atos de cessão de servidores da Secretaria, razão pela qual será sugerida ao Plenário a aplicação de multa ao Secretário de Saúde por não atendimento, no prazo fixado e sem causa justificada, de Decisão do Tribunal, conforme prescrito no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 01/1994 e alertado na Decisão nº 1.388/2005 (§ 24). **(Sugestão II, “c”)**.


98. Levando-se em conta a importância e a urgência para o interesse público que a determinação seja cumprida, será sugerido ao Plenário a reiteração da revisão dos atos de cessão de servidores da SES nos seguintes termos: determine às Secretarias de Saúde e de Governo que, em conjunto e no prazo de trinta dias, observando a legislação pertinente, realizem a revisão dos atos de cessão de servidores da Secretaria de Saúde, posto inobservarem os princípios da publicidade e da motivação insculpidos no art. 19 da Lei Orgânica do DF e por serem contrários aos objetivos prioritários traçados no art. 3º da Lei Orgânica do DF, uma vez que reduzem, injustificadamente, a capacidade de atendimento à população, informando ao Tribunal o resultado dos trabalhos. **(Sugestão III)**

99. Para fins de atendimento do item “b1”, da Decisão nº 5.063/2003 (fl. 53 do apenso nº 1.148/2002), será sugerido ao Plenário que: determine à SES, quando da revisão dos atos de cessão de servidores acima especificada, que comprove a regularização da cessão do servidor mencionado no § 83 **(Sugestão IV)**; e encaminhe cópia da referida Decisão para subsidiar o cumprimento da comprovação requerida **(Sugestão V, “b”)**.

100. Em cumprimento à determinação de justificar o atraso no cumprimento da Decisão nº. 1.388/2005, o Senhor José Geraldo Maciel alegou a necessidade de análise pelos diversos setores da Secretaria (§ 77/81).

101. A alegação não justifica tamanho atraso, uma vez que os setores citados já possuíam ciência dos assuntos desde 2001, quando da realização da Auditoria de Desempenho levada a efeito pela 5ª ICE (§ 52). A Secretaria de Saúde já detinha, também, conhecimento dos termos da Decisão nº. 1.388/2005, conforme quadro do § 79.

102. Conclui-se pela insuficiência dos argumentos carreados aos autos pelo Senhor José Geraldo Maciel e não atendida a Decisão nº. 1072/2005 quanto à

	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u>	e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 Proc.: 2948/99 Rubrica
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------


justificativa pelos atrasos no cumprimento da Decisão nº 1.388/2005, razão pela qual será sugerida ao Plenário a aplicação de multa ao Secretário de Saúde por não atendimento, no prazo fixado e sem causa justificada, de Decisão do Tribunal, conforme prescrito no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 01/1994 e alertado na Decisão nº 1.388/2005 (§ 24). **(Sugestão II, “d”)**.

103. No mais, oportuno o envio de cópias da presente Informação, juntamente com o Parecer e o Voto que vierem a embasar a Decisão a ser proferida, aos Secretários de Saúde e de Governo do DF **(Sugestão V, “a”)**.

V. SUGESTÕES

104. Posto isso, sugere-se ao Egrégio Plenário que:

- I. tome conhecimento dos documentos acostados às fls. 487 e 495/508 e da presente Informação;
- II. aplique multa ao Senhor José Geraldo Maciel, Secretário de Saúde do DF, com base no art. 57, IV, da Lei Complementar Distrital nº. 01/1994, pelo não-atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada:
 - a) dos itens II, “a” e “b”, da Decisão nº 1.388/2005; (§§ 85/87)
 - b) do item III, “a”, da Decisão nº 1.388/2005; (§§ 89/92)
 - c) do item III, “b”, da Decisão nº 1.388/2005, em relação à reiteração do item VI, da Decisão nº 28/2003; (§§ 94/97)
 - d) da Decisão nº 1072/2006. (§§ 100/102)
- III. determine, sob possibilidade de apenamento pelo não atendimento, com base no art. 57, IV, da Lei Complementar Distrital nº. 01/1994, às Secretarias de Saúde e de Governo para que, em conjunto e observando a legislação pertinente, realizem, em 30 (trinta) dias, a revisão dos atos de cessão de servidores da Secretaria de Saúde, posto inobservarem os Princípios da Publicidade e da Motivação insculpidos no art. 19 da Lei Orgânica do DF e por serem contrários aos objetivos prioritários traçados no art. 3º da Lei Orgânica do DF, uma vez

	<p style="text-align: center;">TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO <u>DIVISÃO DE AUDITORIA</u></p>	<p>e-DOC E278E9A9 Proc 2948/1999 Proc.: 2948/99 Rubrica</p>
-----------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------

que reduzem, injustificadamente, a capacidade de atendimento à população, informando ao Tribunal o resultado dos trabalhos; (§ 98)

- IV. determine à Secretaria de Saúde quando da revisão dos atos de cessão de servidores especificada no item III acima, a comprovação da regularização da cessão do servidor mencionado no § 83, para fins de atendimento do item “b1” da Decisão nº 5.063/2003, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar Distrital nº 01/1994; (§ 99)
- V. encaminhe cópia:
 - a) da presente Informação, juntamente com o Parecer e o Voto que vierem a embasar a Decisão a ser proferida, aos Secretários de Saúde e de Governo do DF; (§ 103)
 - b) da Decisão nº 5.063/2004 ao Secretário de Saúde; (§ 99)
- VI. determine o retorno dos autos à 2ª ICE para as providências cabíveis.

À consideração superior.

Em 10 de agosto de 2007.

Luiz Almir Pires da Silva
AFCE

Senhor Inspetor,

De acordo com as sugestões apresentadas, submeto os autos à consideração de Vossa Senhoria.

2ª ICE, Divisão de Auditoria, de de 2007.

Caio César Alves Tibúrcio Silva

Diretor